



DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA/RS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2021

ADVOGADO DO CREAS

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 20 (vinte) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_12/08/2021 09:31:12



Instrução: As questões de números 01 a 04 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Como lidar com a fadiga de notícias ruins?

Por Stéphanie Habrich

01 A sensação de esgotamento por conta do noticiário negativo e dos efeitos em nosso
02 psicológico é global. Em 2020, a agência governamental do Reino Unido, Ofcom, realizou uma
03 pesquisa e descobriu que quase um terço dos entrevistados estava evitando consumir conteúdos
04 negativos relacionados ___ pandemia.

05 Esse comportamento, batizado de “fadiga de notícias”, ou “fuga de notícias”, **anda**
06 preocupando autoridades ao redor do mundo. Ao se distanciar do noticiário, o cidadão deixa de
07 consumir informações relevantes, o que é crucial em períodos como os que vivemos agora.

08 O que poderia ser feito para trazer de volta aqueles que se afastaram das notícias?
09 Iniciativas estão tentando resolver esse problema. Alguns profissionais de mídia têm apostado
10 em um tipo de jornalismo que mostra as mazelas do mundo ao mesmo tempo em que aponta
11 caminhos para melhorá-los no chamado “jornalismo de soluções”. A abordagem traz esperança
12 para o leitor ou telespectador, o deixa menos amedrontado e mostra que existem caminhos para
13 superar os problemas.

14 Sempre ouvimos dizer que as novas gerações são o futuro da humanidade. Por isso, uma
15 das coisas mais cruéis que um adulto pode fazer é tirar as esperanças de um jovem. É como se
16 estivéssemos dando um tiro em nosso próprio futuro. Estamos dizendo para eles que nem vale
17 ___ pena ir atrás, mesmo se for para melhorar algo em pequena escala e, assim, matamos as
18 boas iniciativas que podem surgir.

19 No Joca, jornal para crianças e jovens fundado ... dez anos, foi levada essa questão do
20 negativismo desenfreado muito a sério e, por isso, frequentemente há investimentos no
21 jornalismo de soluções. Sabemos que é importante mostrar aos leitores que, por mais nebulosa
22 que seja a situação, sempre há um caminho – ou algo que possa ser feito. Esse tipo de
23 abordagem faz com que os jovens mantenham o seu otimismo vivo e tenham disposição para
24 lutar por um mundo melhor.

25 É o que está sendo visto, atualmente, com o projeto Mi Casa, Tu Casa. Nessa iniciativa,
26 que é uma parceria do Joca com o ACNUR (agência de refugiados da Organização das Nações
27 Unidas) e a organização Hands On Human Rights, os leitores do jornal são incentivados a ajudar
28 crianças e adolescentes venezuelanos que estão nos abrigos para refugiados e migrantes de
29 Roraima. Para participar do projeto, os jovens podem doar livros, ajudar na arrecadação de
30 dinheiro para a construção das bibliotecas e trocar cartas com os moradores dos locais de
31 acolhimento.

32 Para mobilizar os jovens a participarem da campanha, foram publicadas no Joca várias
33 matérias que explicavam a situação dos refugiados venezuelanos, tanto no Brasil como no
34 exterior. Como citam as boas práticas de jornalismo de soluções, não se deixou de falar sobre
35 as dificuldades que essas pessoas estavam enfrentando. Porém, ao invés de se restringir a isso,
36 também foi apresentado um ponto positivo, no caso, o projeto Mi Casa, Tu Casa, que levará
37 cultura e diversão para o dia ___ dia daqueles refugiados.

38 Os leitores acompanharam as matérias sobre os venezuelanos e se empenharam
39 ativamente para doar livros e verbas para a campanha. A história do Mi Casa nos mostra que é
40 possível praticar um jornalismo que não canse e desanime, mas que informe e encoraje os
41 cidadãos a buscar soluções para os nossos problemas.

42 Precisamos acreditar que nem tudo está perdido e que há solução para a tal da fadiga (ou
43 fuga) de notícias.

(Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/stephanie-habrich/fadiga-noticias-ruins/> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Em relação à construção argumentativa do texto, assinale a alternativa que aponta a principal ideia defendida.

- A) Os noticiários estão levando somente ideias negativas ao público leitor.
- B) Os noticiários estão levando somente ideias positivas ao público leitor.
- C) É possível, mesmo em um cenário negativo, trazer notícias reais e inspirar os leitores.
- D) Não é possível, no cenário negativo em nos encontramos, trazer notícias reais e inspirar os leitores.
- E) As ações do “Joca” são pontuais e isoladas.

QUESTÃO 02 – Analise as assertivas a seguir sobre a lacuna pontilhada na linha 19:

- I. A lacuna poderia ser preenchida por “a”, formando um adjunto adverbial de tempo.
- II. Poder-se-ia preencher a lacuna por “há”, formando um adjunto adverbial que indica tempo transcorrido.
- III. O pontilhado poderia ser preenchido tanto por “há” quanto por “havam”, tendo em vista que a concordância com expressões de tempo é facultativa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 04, 17 e 37.

- A) à – à – à
- B) à – à – a
- C) a – à – à
- D) à – a – a
- E) a – a – à

QUESTÃO 04 – Na linha 05, a forma verbal “anda”, considerando sua transitividade, poderia ser classificada como:

- A) Verbo de Ligação.
- B) Verbo Intransitivo.
- C) Verbo Transitivo Direto.
- D) Verbo Transitivo Indireto.
- E) Verbo Transitivo Direto e Indireto.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 05 – A teor do disposto no Regime Jurídico dos Servidores Municipais do Município de Candelária, Lei nº 91/2005 e suas alterações, assinale a alternativa INCORRETA quanto ao regime de trabalho.

- A) Atendendo à conveniência ou à necessidade do serviço, e mediante acordo individual escrito, poderá ser instituído sistema de compensação de horário, hipótese em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas, sendo o excesso de horas compensado pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima mensal.
- B) Poderá também ser objeto de compensação de horários, através de acordo individual escrito, o trabalho exercido por servidor que, por força das atribuições do cargo, executar serviços sob a forma de plantões ou em horários ininterruptos, mediante escala a ser expedida pela Administração Municipal, nas atividades de revezamento, ou de jornadas de 12 x 24 horas, 12 x 36 horas, plantão corrido de 24 horas ou outros, desde que respeitada a jornada semanal e o repouso necessário entre uma jornada e outra.
- C) O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal, nos dias de semana e de cem por cento apenas aos domingos e feriados.
- D) Salvo nos casos excepcionais, devidamente justificados, ou mediante acordo com intervenção sindical, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias, e seu ajuste, quando excedido, deverá ser feito mensalmente.
- E) O exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, não sujeito ao controle de ponto, bem como acordos de compensação de horários pela hora exata, excluem a remuneração por serviço extraordinário.

QUESTÃO 06 – Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão se ausentar do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias.
- B) Os Secretários Municipais serão escolhidos exclusivamente dentre brasileiros natos, no exercício dos direitos políticos.
- C) Os conselhos municipais são órgãos de participação direta da comunidade na administração pública, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração, e serão criados por lei.
- D) O Município deverá organizar sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no plano diretor e mediante adequado sistema de planejamento.
- E) A Administração Municipal compreende as secretarias ou órgãos equiparados, que obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 07 – Conforme previsões da Lei Municipal nº 410/2009, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Administração Municipal promoverá treinamentos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade de melhor capacitá-lo para o desempenho de suas funções, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos e ocorrerá periodicamente para efeitos do que trata a emenda constitucional nº 19, especialmente no que tange a formação dos Conselhos de Política de Administração e de Remuneração de Pessoal e a política de qualificação do servidor público.
- B) Para fins de promoção, considera-se em princípio, que todo servidor tem direito a ser promovido de classe, desde que fique demonstrado o cumprimento do interstício de tempo exigido e o implemento das exigências formais de promoção.
- C) Suspendem a contagem para fins de promoção, as licenças e afastamentos sem direito a remuneração; as licenças para tratamento de saúde no que excederem de noventa dias, mesmo quando em prorrogação, exceto as decorrentes de acidente em serviço; e as licenças para tratamento de saúde em pessoas da família.
- D) O tempo de exercício exigido na classe imediatamente anterior para fins de promoção para a seguinte será sempre de cinco anos.
- E) Fica prejudicada a avaliação, acarretando a interrupção da contagem de tempo de exercício para fins de promoção ou concessão de vantagem adicional, sempre que o servidor, dentre outras hipóteses, completar três faltas injustificadas ao serviço.

QUESTÃO 08 – Nos termos da Lei Municipal nº 63/2003, que dispõe sobre o sistema tributário do Município de Candelária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS tem como fato gerador a prestação de serviços exclusivamente por pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.
- B) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C) O Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- D) Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI no momento da transmissão, da cessão ou da permuta dos bens ou dos direitos, respectivamente, transmitidos, cedidos ou permutados.
- E) A Taxa de Licença Inicial para Localização, Instalação e Funcionamento, de Vistoria e/ou Fiscalização anual, fundada no poder de polícia do município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente ao Exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de posturas.

QUESTÃO 09 – Sobre as disposições do Código de Edificações do Município de Candelária (Lei Municipal nº 933/2013 e suas alterações), é INCORRETO afirmar que:

- A) Em regra, as obras de construção, ampliação, reforma ou demolição somente podem ser executadas após exame, aprovação do projeto e concessão de licença pelo Município e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado, cadastrado no Município e em dia com os tributos municipais.
- B) O município comunicará ao órgão de fiscalização profissional competente a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra não licenciada.
- C) Quando o responsável técnico for substituído, esta alteração deverá ser comunicada ao CREA ou CAU e à Prefeitura Municipal e ainda fornecer uma descrição das etapas concluídas e as por concluir da obra em que ocorrer tal fato.
- D) A Administração examina o projeto arquitetônico no prazo máximo de 30 dias úteis.
- E) A demolição de qualquer edificação só pode ser executada mediante licença requerida ao setor competente assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico, dispensando, contudo, a emissão de documento de responsabilidade técnica.

QUESTÃO 10 – Um triângulo retângulo tem como medida dos lados, em centímetros, os seguintes números naturais: x , $x+14$ e $x+16$. A soma da medida dos lados desse triângulo, em cm, é:

- A) 70.
- B) 65.
- C) 60.
- D) 55.
- E) 50.

QUESTÃO 11 – A movimentação econômica de um município é calculada pela média ponderada. Considerando o agronegócio com peso 4, a indústria com peso 3 e os serviços com peso 3. Se em determinado mês essas respectivas áreas registraram transações nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 50.000,00 e R\$ 25.000,00, então a média ponderada dessa movimentação econômica é:

- A) R\$ 35.000,00.
- B) R\$ 34.700,00.
- C) R\$ 34.600,00.
- D) R\$ 34.500,00.
- E) R\$ 34.200,00.

QUESTÃO 12 – No ano de 2019, foram internados no hospital municipal 846 indivíduos, entre 60 e 74 anos, com pneumonia. Se no ano de 2020 ocorreu um aumento de 17,5% de internamentos com essa especificação, então quantos indivíduos aproximadamente foram internados?

- A) 148.
- B) 212.
- C) 698.
- D) 890.
- E) 994.

QUESTÃO 13 – Considere o valor-lógico das seguintes proposições simples:

André é funcionário com graduação completa é verdadeira.
André tem mais de 40 anos é falsa.

A alternativa que apresenta uma sentença **verdadeira** para o conetivo da conjunção e negação é:

- A) Se André tem mais de 40 anos, então ele é funcionário com graduação completa.
- B) André é funcionário com graduação completa, mas não tem mais de 40 anos.
- C) André não é funcionário com graduação completa, contudo tem mais de 40 anos.
- D) André não é funcionário com graduação completa ou tem mais de 40 anos.
- E) André é funcionário com graduação completa, entretanto tem mais de 40 anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 14 – É condizente à ordem constitucional brasileira, considerando ser ela caracterizada por uma Constituição tida como dirigente e cidadã, possuir um arcabouço legislativo que verse sobre direitos das pessoas com deficiência, o que se vê de maneira muito enfática com a Lei nº 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Na legislação, o tema da acessibilidade é de caráter central, devendo ser balizados de ações públicas e privadas. Desta forma, com base na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa que apresenta uma informação INCORRETA sobre acessibilidade no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- A) É vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência.
- B) Eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva poderá ser objeto de plano específico de medidas desenvolvido pelo Poder Público.
- C) É vedado ao Poder Público adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis, nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas.
- D) Símbolo internacional de acesso deverá ser colocado em local de ampla visibilidade, após o Poder Público certificar-se quanto à acessibilidade de edificação.
- E) As especificações de acessibilidade também devem ser atendidas em construção de edificação de uso privado multifamiliar.

QUESTÃO 15 – O Princípio da Reserva do Possível é alvo de discussões e incertezas no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo quando se fala de direitos sociais. Considerando as divergências e interpretações acerca do tema, assinale a alternativa abaixo que apresente informação INCORRETA sobre o Princípio da Reserva do Possível no contexto dos direitos fundamentais sociais.

- A) Vista como uma limitação fática decorrente da real escassez econômica, a Reserva do Possível tornar-se-á um limite imanente, pois é um choque entre a realidade concreta e o mando normativo.
- B) No contexto brasileiro, a jurisprudência utilizou o Princípio da Reserva do Possível exclusivamente para refutar a aplicabilidade dos direitos sociais.
- C) Considera-se a Reserva do Possível como situação em que a limitação de recursos acaba sendo causada por uma consequência alocativa destes por uma decisão disjuntiva do órgão ou agente competente.
- D) Esse princípio teve sua natureza modificada desde sua origem na Alemanha, como o que é razoavelmente concebido como prestação social devida, para sua variante brasileira, como a realização de direitos fundamentais sociais baseada na escassez de recursos.
- E) A Reserva do Possível por limitação jurídica, como restrição de direito fundamental social, é passível de controle de constitucionalidade, sobretudo no que tange à consideração dos chamados “limites dos limites”.

QUESTÃO 16 – A Ação Popular é um instrumento constitucional disponível a qualquer cidadão para invocar a tutela jurisdicional de direitos difusos. Dessa forma, caso Ação Popular seja utilizada como alternativa à não propositura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, é correto afirmar que:

- A) Haverá uma ampliação indevida do rol de legitimados previsto no Art. 103 da Constituição da República.
- B) As limitações probatórias da Ação Popular a tornarão ineficientes ante o objetivo pretendido.
- C) Somente sujeitos ativos específicos poderão propor Ação Popular que versem sobre objeto de controle de constitucionalidade abstrato.
- D) Por força do princípio da instrumentalidade das formas, tal analogia seria possível.
- E) Apesar da convergência dos objetos tutelados por ambas as ações, as competências não convergiriam, inviabilizando o uso de Ação Popular.

QUESTÃO 17 – Documentos estão em posição central quando se fala de provas no Processo Civil. Assim, com base na Lei nº 13.105/2015, assinale a alternativa INCORRETA sobre o tema.

- A) No caso de declarações feitas em documento particular que declarar ciência de determinado fato, o documento comprova a ciência, mas não o fato em si.
- B) A apresentação em repartição pública ou em juízo é um modo de considerar o documento particular datado com relação a terceiros.
- C) Existe hipótese legal prevista onde é possível considerar autor do documento particular aquele que, mandando compô-lo, não o assinou.
- D) A atual legislação ainda prevê força normativa do radiograma.
- E) É requisito de validade que, em caso de utilização de fotografia publicada em jornal ou revista, o autor da prova apresente exemplar original do periódico.

QUESTÃO 18 – O Sistema Único de Assistência Social (Suas) pode ser definido como um sistema público que organiza os serviços socioassistenciais brasileiros que, de maneira descentralizada, articula os esforços e recursos em todos os níveis governamentais para desenvolvimento e manutenção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A integração das ações de assistência social demanda a atuação efetiva dos municípios, conforme regulamentado na Lei Orgânica da Assistência Social. Assim sendo, com base na lei anteriormente citada, assinale a alternativa correta sobre a situação municipal com relação a assistência social.

- A) A representação governamental municipal no CNAS far-se-á através do representante do ente federativo estadual.
- B) A vinculação ao Suas de entidades de assistência social não possui como requisito taxativo de reconhecimento a inscrição prévia em Conselho Municipal de Assistência Social, podendo esta ser feita posteriormente, para fins de adequação.
- C) Tendo em vista a descentralização, é requisito legal que consórcios municipais para a prestação de serviços de assistência social somente devem ser financeiramente apoiados pelo ente federativo estadual se comprovada a hipossuficiência técnica e financeira da municipalidade.
- D) Projetos de enftretamento à pobreza, de competência municipal, devem ser realizados integralmente por apoio público.
- E) Para recebimento dos repasses do FNAS, é condição aos municípios a existência, instituição e funcionamento de, dentre outros requisitos, Plano de Assistência Social.

QUESTÃO 19 – O plano diretor municipal é um dos instrumentos hábeis para a promoção do direito à cidade dos cidadãos e o meio de estímulo de mais uma das dimensões da dignidade da pessoa humana. Todavia, ele nem sempre será obrigatório, trazendo a Lei nº 10.257/2001 os detalhamentos. Assim, com base no Estatuto da cidade, é correto afirmar que o plano diretor é obrigatório para cidades:

- A) Não incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto.
- B) Inseridas em aglomerações urbanas a até 300 quilômetros da capital estadual.
- C) Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito exclusivamente nacional.
- D) Com mais de 20 mil habitantes.
- E) Classificadas como focais.

QUESTÃO 20 – Prevê a Lei nº 8.987/1995 que será possível a intervenção na concessão do poder público concedente para, dentre outras coisas, assegurar a adequação na prestação do serviço. Tendo por referência a legislação acima citada, declarada a intervenção, o poder concedente instaurará procedimento administrativo para comprovação das causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa, no prazo de:

- A) 15 dias.
- B) 30 dias.
- C) 45 dias.
- D) 60 dias.
- E) 180 dias.